

## CORREIO NORTE

Mauro Neto/Secom-AM



Cerca de 400 profissionais atuam no transporte

### Iniciado o trânsito de alegorias do Festival de Parintins, no AM

A preparação para o 59º Festival de Parintins mobiliza cerca de 400 trabalhadores das equipes dos bois Caprichoso e Garantido no transporte das alegorias para o entorno do Bumbódromo. Aproximadamente 200 integrantes de cada agremiação participam da operação, considerada uma das etapas finais antes das apresentações marcadas para a próxima sexta-feira (26). No Caprichoso, o deslocamento dos módulos começou nesta semana. O governo do Amazonas disponibilizou equipamentos de proteção individual (EPI) e água tratada aos profissionais. O festival ocorrerá em Parintins (AM) e terá como tema "Caprichoso: brinquedo que canta seu chão", mantendo a disputa tradicional com o Garantido.

### RR: Forças Armadas atuarão em eleições

O governo federal autorizou o uso das Forças Armadas para apoio logístico nas eleições suplementares em Roraima, marcadas para domingo (21), quando eleitores escolherão governador e vice. A medida foi formalizada por decreto assinado por Geraldo Alckmin, no exercício da Presidência. A atuação seguirá demandas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O novo pleito ocorre após a cassação dos mandatos por abuso de poder político e econômico.

Divulgação/Ufopa



Universitários desenvolvem projeto comunitário

### Ufopa e alunos protegem Igarapé no PA

Estudantes de quatro escolas municipais de Itaituba (PA) participam de atividades de educação ambiental voltadas à preservação do igarapé Oriundo. Desenvolvido pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), por meio do Campus Itaituba, o projeto de extensão "Olha o igarapé que está aqui!" atende turmas do ensino fundamental. A iniciativa busca aproximar universidade, unidades de ensino e moradores, além de incentivar a participação de acadêmicos de Engenharia Civil em ações sociais e extensionistas relacionadas à conservação ambiental.

### TO lidera adesão ao Enem no Norte

O Tocantins registrou 15,4 mil inscritos da rede estadual no Enem 2026, o que representa 83,6% dos 19 mil alunos concluintes do ensino médio. O índice coloca o estado na primeira posição da Região Norte e na nona colocação nacional. O total de participantes aumentou em 10% em relação a 2025. O governo local atribui o resultado às ações conduzidas pela Secretaria de Estado da Educação.

### Animais

O Ministério Público do Amazonas (MPAM) apura as ações da prefeitura de Itapiranga (AM) sobre animais comunitários, após identificar casos de abandono. O órgão deu o prazo de 10 dias úteis para o envio de informações e documentos sobre controle populacional, prevenção de doenças e medidas de cuidado.

### Ação social

O Ministério Público do Acre (MPAC) realiza, no sábado (20), das 8h às 12h, o programa "MP na Comunidade" na Escola Estadual Iza Melo, em Rio Branco (AC). A atividade integra a iniciativa Família na Escola e oferece atendimentos e orientações, com foco em ampliar o acesso a serviços em um único local.

### Proteção

A Polícia Federal (PF) cumpriu, na quinta-feira (18), dois mandados de busca e apreensão em Belém (PA) durante nova fase da Operação Proteção, que apura crimes de abuso sexual envolvendo menores. Foram recolhidos equipamentos que passarão por perícia para apurar o armazenamento e o envio de conteúdo ilegal.

### Exportação

O governo do Amapá e os executivos da empresa KaMin/Cadam estão se reunindo para tratar da reestruturação da logística de exportação da mineradora, com análise do uso de balsas pelo Rio Jari até o Porto de Santana (AP). A articulação é conduzida pela Secretaria da Mineração, que apresenta incentivos fiscais e estrutura disponível.

### Consulta

O governo de Rondônia realiza, até o próximo dia 30, uma consulta pública sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de Computação no Ensino Médio, com participação da comunidade escolar e sociedade civil. A iniciativa busca reunir contribuições da população para orientar o currículo digital no estado.

### Livro

O livro "O peixe vai à aula: receitas para a inserção do pescado na alimentação escolar" venceu a categoria Sustentabilidade do Prêmio Inovação Aquícola 2026. A obra foi desenvolvida com apoio do governo do Tocantins, em parceria entre Embrapa Pesca e Aquicultura e Universidade Federal do Tocantins (UFT).



O mineral é o mais utilizado para a obtenção do estanho

## PF investiga extração mineral ilegal no Amapá

Podem ter sido extraídas mais de 670 toneladas de cassiterita

A Polícia Federal (PF) realizou, na quinta-feira (18), uma operação para desarticular um grupo suspeito de atuar na retirada ilegal de cassiterita e na ocultação de recursos no Amapá.

A intervenção da PF cumpriu ações em três estados e bloqueou bens dos investigados.

Foram executados três mandados de busca e apreensão e seis de prisão preventiva em São Paulo, Minas Gerais e Amapá.

As ordens judiciais foram expedidas pela Justiça Federal no estado amapaense. As apurações indicam que o grupo atuava na exploração de minério sem autorização em larga escala.

Segundo a investigação, havia um esquema para inserir a produção ilegal no mercado formal.

O material era acompanhado de documentos falsos para dar aparência de legalidade à origem.

De acordo com os dados reunidos pela PF, mais de 670 toneladas de cassiterita teriam sido inseridas no comércio por meio desse procedimento.

O grupo também é suspeito de movimentar valores superiores a R\$ 200 milhões ao longo das atividades identificadas.

A investigação aponta ainda que os recursos obtidos eram submetidos a processos de ocultação e dissimulação, um mecanismo que buscava dificultar o rastreamento do dinheiro e esconder a origem ilícita dos valores obtidos com a extração mineral.

A operação atual trata-se da continuidade de uma fase anterior, realizada em 19 de fevereiro.

Na ocasião, foram cumpridos 36 mandados judiciais, com seis prisões e bloqueio de cerca de R\$ 405 milhões em bens e valores ligados aos investigados.

Nesta etapa mais recente, houve ainda o bloqueio de aproximadamente R\$ 250 milhões.

Com isso, o total de bens indisponibilizados ao longo de ambas as fases da investigação supera R\$ 650 milhões.

As medidas adotadas têm como objetivo interromper as atividades do grupo, ampliar a coleta de provas e identificar outros possíveis envolvidos no esquema investigado.

A Polícia Federal também busca detalhar a cadeia de distribuição do minério e rastrear conexões com empresas ou intermediários que possam ter participado da comercialização.

Os alvos poderão responder por organização criminosa, usuração de bens da União, extração ilegal de recursos minerais, lavagem de dinheiro e falsidade documental, além de outros delitos que possam ser confirmados no decorrer das investigações.

A PF informou também que as apurações devem continuar e que novas diligências ainda podem ser realizadas para aprofundar a identificação de responsabilidades e a extensão dos danos causados ao meio ambiente.